

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, na cidade de Recife, Pernambuco, às nove horas da manhã, reuniram-se pela primeira vez os integrantes da Quinta Reunião do FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS, presentes os representantes das seguintes Regiões: Recife, Belém, Fortaleza, Natal, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Inicialmente foi composta a mesa, presidida pela Primeira Vice-Presidente do FÓRUM, Sônia Coutinho Calheiros, Presidente da FIDEM e integrada pelo Excelentíssimo Prefeito da Cidade do Recife, Dr. Roberto Magalhães, do representante do Governador do Estado, Dr. João Recena, Secretário de Estado de Planejamento, do representante do Ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal, Dr. Anchieta Santos, delegado regional do IBAMA, do representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Pedro Eugênio Cabral e da Segunda Vice-Presidente do FÓRUM, Arquiteta Gilda Collet Bruna, Diretora-Presidente da EMPLASA. Abrindo os trabalhos, a Presidente da FIDEM passou a presidência dos trabalhos ao Prefeito do Recife que efetuou pronunciamento como integrante do Fórum dos Governantes das Dez Maiores Cidades do País. Ressaltou a preocupação existente com a economia das cidades brasileiras e o grave problema do desemprego; anunciou a próxima reunião do Fórum dos Governantes em Belo Horizonte na semana seguinte; mencionou a reunião do INAI, que reuniu prefeitos de quatro capitais, onde foram efetuadas discussões importantes sobre temas relevantes, com a presença também de técnicos; foi também examinada e ressaltada a questão da situação/dificuldade financeira dos municípios e a arritmia com a falta de uma Política Nacional de Habitação, bem como a dificuldade dos sistemas viários, considerado como o grande problema a ser enfrentado. Ressaltou que os municípios sozinhos não possuem condições de resolver estes problemas em uma Região Metropolitana, sendo que uma alternativa para buscar a solução poderia ser através da consorciação dos mesmos. Enfatizou que na sua avaliação, o Fórum dos Prefeitos era importante. Finalizou dizendo de sua alegria de estar na reunião que ali se realizava, trabalhando com o Estado, dentro de uma visão de que o Homem sozinho não pode fazer nada. Com esta mensagem de boas-vindas aos integrantes do FÓRUM, finalizou sua manifestação, dizendo-se interessado em mostrar o Recife, tanto no seu lado belo, como todo o lado da pobreza, na visão mais ampla possível. A seguir, o presidente dos trabalhos passou a palavra ao representante do Governador do Estado, Dr. João Recena. Este iniciou com as boas-vindas aos participantes da reunião de outros estados, salientou a relevância do temário e das questões a serem discutidas e enfatizou que gostaria de aproveitar a oportunidade para expor um pouco mais amplamente o SGM - Sistema de Gerenciamento Metropolitano. Iniciou com uma avaliação do encaminhamento atual da questão metropolitana no Brasil, do ponto de vista de planejamento e gestão política. Ressaltou os grandes desafios existentes e aqueles que se julga conhecer e até que ponto. Como se irá constituir como célula de planejamento. No caso de Recife o grande problema a ser enfrentado é o fato da concepção do Sistema haver ocorrido sem uma demanda muito clara, de vez que esta não ocorria de forma objetiva por parte dos municípios. Não ocorreu um engajamento popular de parte dos municípios em busca da construção de um modelo. Esclareceu que desde o início de seu trabalho à frente da Secretaria, tem efetuado esforços para animar o processo de constituição de consórcio para o UNIBASE, no qual Recife é pioneira. O espírito do Consórcio tem que ser passado para o SGM, aumentando a participação política dos municípios no Sistema, inclusive no aspecto financeiro, na sua manutenção. Deve ser buscada a efetivação de alguns tópicos que aumentem a participação política dos municípios; deve ser aumentado o espírito de solidariedade entre os mesmos. Por fim, propõe, por exemplo, rodízio na eleição para Presidente do Conselho, entre os prefeitos, mas ressalta que gostaria, ainda, de ver este assunto discutido oportunamente. A seguir, a

palavra foi oferecida ao representante do Ministro, que justificou a ausência do mesmo, em função de compromisso em Brasília naquele mesmo horário. Salientou que dois assuntos da pauta chamavam a atenção do Ministro, a saber, recursos hídricos e gestão ambiental. Mencionou a gravidade das questões relacionadas ao mesmo e que entende ser necessário e importante que o FÓRUM discuta os temas e proponha soluções para os mesmos, podendo então contar com o Ministério como um parceiro permanente. A seguir, falou a Presidente da FIDEM que expôs a sistemática dos trabalhos que iriam se desenvolver a partir de então; fez uma saudação especial à Região Metropolitana de Natal, como a mais nova do país e que passava a se integrar ao FÓRUM. Fez referência à presença de Secretários Municipais e técnicos de Órgãos Estaduais ligados às temáticas e a oportunidade que se oferecia às equipes locais de participar das discussões dos temas em pauta. Na seqüência, falou a Diretora-Presidente da EMPLASA, em nome do FÓRUM, fazendo referência aos vários fóruns que se criaram. Expôs a nova preocupação, agora existente, na instituição de novas regiões metropolitanas, por exemplo, a Baixada Santista, que foi criada a partir da base e experiência de participação voluntária dos municípios, a importância da participação popular através das Câmaras Temáticas, instituídas por tempo determinado, em função de necessidades específicas. Salientou que a troca de informações e experiências proporcionadas pelas reuniões do FÓRUM é extremamente importante e que este é um ponto de encontro privilegiado na discussão de novas formas assumidas pelos problemas metropolitanos em cada ponto do país. A palavra foi, após, concedida ao representante da Assembléia Legislativa que destacou a importância do papel desempenhado pelas regiões metropolitanas; referiu-se aos aspectos já destacados pelo Prefeito do Recife, às dificuldades financeiras vigentes, tema que extrapola a discussão interan das regiões metropolitanas e tem muito a ver com o modelo econômico adotado pelo país. Chamou a atenção para o fato que ocorre das receitas não serem suficientes para administrar os municípios das regiões metropolitanas. Se isto é um fato, pior ainda ocorre nos municípios menores e não se vai resolver a questão a não ser que se enfrente este fato objetivamente. Devemos buscar um outro modelo de desenvolvimento que permita taxas de, pelo menos, em torno a sete por cento de crescimento ao ano. Disse mais, que deve haver uma visão solidária das regiões metropolitanas com o conjunto das demais cidades que compõem os Estados, buscando fortalecer a interiorização através de cidades de porte médio, assim como incentivar uma política urbana para o país. Propôs, ainda, uma oportuna discussão sobre um modelo de desenvolvimento capaz de gerar renda e de descentralizar o desenvolvimento também para outras regiões do país. Seguiu-se o pronunciamento de encerramento do Prefeito do Recife. Disse ele que considera a Baixada Santista, talvez, como o modelo ideal, mas não acha ser o mesmo factível na atualidade do país. Salientou que confunde-se participação com soberania popular e que, retirar, hoje, o Estado do Conselho e da presidência do mesmo seria, talvez, condená-lo ao enfraquecimento. Opinou que atualmente concorda com um grande acordo entre Prefeituras e Estado para a solução do problema de saneamento na Cidade, tendo à frente a COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento; que não entende possível a manutenção de um órgão com o valor da FIDEM, sem lhe dar os meios necessários para que possa funcionar e que ela deve liderar a montagem de programas metropolitanos. Que entre o período que esteve no Governo do Estado e sua chegada à Prefeitura do Recife, houve um decréscimo na qualidade de vida, nos salários do pessoal, nos recursos humanos, e um aumento na corrupção. Constatou o desprestígio dos órgãos regionais - por exemplo o esvaziamento da SUDENE - e a perda de sua importância no processo político decisório. Se as políticas regionais estão condenadas pelo Governo Federal, imagine-se as políticas municipais. Finalizou dizendo que a maioria dos nossos problemas não estão em nós mesmos, mas estão nas políticas federais que não contemplam os municípios. Enfatizou que a partir deste momento passará a mudar de discurso quando falar com o Governo Federal sobre as Regiões Metropolitanas. Encerrou a sessão, desejando um bom trabalho ao FÓRUM e uma boa estadia a todos no Recife.

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, na cidade de Recife, Pernambuco, às onze horas da manhã, reuniram-se pela segunda vez os integrantes da Quinta Reunião do FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS, presentes os representantes das seguintes Regiões: Recife, Belém, Fortaleza, Natal, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Abertos os trabalhos, foi composta a mesa, presidida pela Primeira Vice-Presidente do FÓRUM, Sônia Coutinho Calheiros, Presidente da FIDEM que convidou o Sr Fernando Rodriguez, da Secretaria dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal a integrar a mesma. A seguir a presidente dos trabalhos passou a palavra ao conferencista que expôs o tema “Política Nacional de Recursos Hídricos: a nova legislação e os impactos nas Regiões Metropolitanas”. Inicialmente o palestrante situou o Ministério e sua área de ação, reportou-se aos recursos hídricos e a forma pela qual o Ministério tem abordado este tema. Historiou as diversas tentativas de produzir uma legislação sobre o tema, até a aprovação da Lei 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Além de instituir a Política, a citada Lei criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamentou o Inciso XIX do Artigo 21 da Constituição Federal. Discorreu sobre a criação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o papel da Secretaria dos Recursos Hídricos e os futuros integrantes do Conselho. Explicou os princípios básicos definidos na legislação, os instrumentos que a mesma prevê e o arranjo institucional em busca de novas formas de organização para a gestão das águas. Explicou o papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas, das Agências da água, as dificuldades quanto à cobrança e outorga do direito de uso da água. Também referiu-se ao enquadramento dos cursos d’água e o sistema informacional para dar suporte às atividades que irão se desenvolver. Demonstrou o interesse do Ministério em trabalhar com as Regiões Metropolitanas e a necessidade da integração entre os trabalhos entre os que planejam os espaços metropolitanos e os que planejam as bacias hidrográficas. Encerrou sua exposição agradecendo o convite recebido. Seguiram-se debates e explicações, sendo a sessão encerrada pela presidente dos trabalhos às treze horas, sendo os integrantes do Plenário convidados a retornar para a sessão da tarde às catorze e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que vai .....

programas de duração continuada. Referiu-se a seguir à divisão do Estado em bacias hidrográficas e como atuavam no processo de formação dos Comitês de Bacia, de uma forma mais genérica. A seguir, a presidente dos trabalhos passou a palavra ao representante da METROPLAN que apresentou um DATA SHOW sobre recursos hídricos. Inicialmente, efetuou comparações entre a Lei Federal nº 9.344/97 e a Lei Estadual do Rio Grande do Sul nº 10.350/94. Mostrou um estudo de caso, enfatizando o que ocorre na aplicação da legislação na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Discorreu sobre a aplicação da Lei, principalmente na montagem e constituição do Comitê de Gerenciamento da Bacia, e no trabalho de enquadramento do rio. Mostrou a forma de trabalho do Comitê, atividades desenvolvidas, participações e resultados obtidos. Seguiram-se debates e explicações, sendo a sessão encerrada pela presidente dos trabalhos às dezoito horas, sendo os integrantes do Plenário convidados a retornar para a sessão do dia seguinte às nove horas quando seria abordado o tema "Parcelamento Urbano". Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que vai

.....

Aos oito dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, na cidade de Recife, Pernambuco, às nove horas, reuniram-se pela quarta vez os integrantes da Quinta Reunião do FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS, presentes os representantes das seguintes Regiões: Recife, Belém, Fortaleza, Natal, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Abertos os trabalhos, a Presidente do FÓRUM, Laís Salengue, Diretora Superintendente da METROPLAN convidou os componentes do Plenário, Arq. Ricardo Lima, Coordenador de Políticas Urbanas do IPEA, o Arq. Almir Fernandes e a Prof. Rovená M. Carvalho Negreiros, da UNICAMP, para comporem a mesa. Dando início à MESA REDONDA Parcelamento do Solo: desafios à gestão metropolitana., passou a palavra à representante da COMEC Zulma Schüssel para fazer a apresentação do panorama dos parcelamentos urbanos nas regiões. Foi relatado que o tema está subordinado à Lei Federal 6.766 de 20 de dezembro de 1979, principalmente em seu artigo 13 e respectivo parágrafo único. Apesar do reforço ao papel dos municípios que a Constituição de 1988 trouxe, e da transferência aos estados a iniciativa de criação de regiões metropolitanas, não houve qualquer mudança na legislação federal, permanecendo as entidades metropolitanas como as responsáveis pela anuência prévia nos parcelamentos urbanos. Foram mostrados levantamentos da situação nas regiões metropolitanas que abordavam: legislação sobre delegação de competência para anuência prévia; base técnica para exame e anuência prévia de parcelamentos; relacionamento com a legislação ambiental estadual; conflitos entre legislações sobre parcelamento do solo urbano; conflito quanto à operacionalização dos procedimentos para análise e anuência prévia e estudos em andamento. Ao final, expôs sugestões de encaminhamento dos debates sobre o assunto. Entregou ao FÓRUM um documento intitulado PARCELAMENTO DO SOLO: DESAFIO À GESTÃO METROPOLITANA, bem como um sumário do mesmo, em um volume separado. A seguir, a presidente fez uma saudação ao mais novo integrante do plenário, a entidade representante da Região Metropolitana de Natal, Leonel Leite e passou a palavra, na ordem em que estavam sentados à mesa, aos participantes da mesa redonda. Falaram, na seguinte seqüência: Natal, Vitória, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre. Dentre os temas discutidos ressaltaram: existência de legislação compatibilizando licença ambiental e metropolitana e formas de considerar as áreas úmidas nestes casos; convênios de assessoramento aos municípios e atuação forte no trabalho de monitoramento; é necessário encontrar uma solução para os problemas institucionais; participação da entidade metropolitana em um Conselho para aprovação de loteamentos sociais; existência de bases técnicas sólidas e base cartográfica adequada para embasar o controle da expansão urbana; loteamentos irregulares e condomínios como questões prioritárias de serem abordadas; casos em que a legislação estadual é mais rigorosa que a federal; problemas de parcelamentos em áreas rurais; discussões em torno às dimensões mínimas para um lote. A seguir falou o representante do IPEA que ressaltou a preocupação em fortalecer as entidades metropolitanas, consórcios e outras formas associativas. Convidou o FÓRUM a participar de uma reunião a ocorrer no próximo dia 15 em Brasília, onde seriam tratados assuntos relacionados a formas de associação de municípios para tratar problemas comuns. Ao retomar a palavra, a presidente da sessão alertou para um problema operacional que estava ocorrendo: o palestrante da sessão da tarde, Dr. Paulo Lomar, deveria tomar o avião às dezesseis e trinta horas, por necessidade de serviço; portanto, sugeria fosse antecipada sua palestra para permitir ainda um debate, ampliando-se, assim, a parte da sessão

da manhã. Com a concordância dos integrantes do plenário, cedeu a palavra ao palestrante que dividiu sua apresentação nos seguintes temas: novas normas constitucionais e o problema do uso do solo; parcelamento urbano e o novo quadro institucional; anuência prévia e a legislação pós-Constituição de 1988; condomínios urbanos e rurais; loteamentos clandestinos e irregulares e suas regularizações; e ocupação de áreas públicas e privadas. Seguiram-se extensos debates e explicações, sendo a sessão encerrada pela presidente dos trabalhos às catorze horas, sendo os integrantes do Plenário convidados a retornar para a sessão na parte da tarde às quinze e trinta horas para abordagem do tema “Regiões Metropolitanas e o Censo do ano 2000”. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que vai .....

Aos oito dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, na cidade de Recife, Pernambuco, às quinze e trinta horas, reuniram-se pela quinta vez os integrantes da Quinta Reunião do FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS, presentes os representantes das seguintes Regiões: Recife, Belém, Fortaleza, Natal, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Abertos os trabalhos, a Presidente do FÓRUM, Laís Salengue, Diretora Superintendente da METROPLAN convidou os representantes da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Paulo Cezar Martins, Maria Luiza Castelo Branco e Anna Lúcia Barreto de Freitas, a iniciarem a apresentação do tema: "Regiões Metropolitanas e Censo do ano 2.000: perspectivas de parceria". Inicialmente foram abordados os preparativos para o Censo do ano 2.000. Após foram explicadas as diretrizes para a construção da Base 2.000 que incluía um programa participativo de cadastramento e mapeamento, com ênfase em uma correta divisão político-administrativa e ações objetivas no campo do cadastramento e mapeamento. São executados mapeamento reprográfico e analógico; nos primeiros trabalham-se nas áreas rurais e urbanas, enquanto no analógico será incluído no próximo censo uma altimetria selecionada naqueles mapas em meio digital que possam servir de base adequada. A meta é a obtenção de cartografia digital para todos os municípios. O setor de planejamento busca efetivar uma estratificação correta, grupando três grandes estratos, a saber "superior a cinquenta mil, entre vinte e cinco e cinquenta mil e entre vinte e vinte e cinco mil habitantes". Ao adotar uma política de produção descentralizada, buscam parcerias e terceirização; capacitação metodológica e instrumental; e aperfeiçoamento e contratação de pessoal. Foi esclarecido que o Departamento de Geografia do IBGE tem dificuldades de divulgar dados abaixo do nível municipal, no nível de distritos censitários. Busca-se possibilitar a publicação de dados para além dos distritos censitários para os municípios de mais de duzentos e cinquenta mil habitantes. Seguiram-se extensos debates e explicações, dentre as quais salientou-se a referente à possibilidade de ser formalizado um convênio entre IBGE e entidades metropolitanas. Houve referência ao entraves burocráticos que a Lei de licitações criou e que estão buscando equacionar. Também foi esclarecido que a operacionalização se fará através de trocas ou outras formas de ressarcimento. Questionou-se também se havia intenção do IBGE de tratar dados no nível metropolitano e se iria ser disponibilizada as fitas magnéticas. A resposta enfatizou que pretendem trabalhar todos os municípios das regiões metropolitanas, mas não tem condições de prometer nada. Obviamente, as regiões metropolitanas deverão ser consideradas prioritárias. A seguir foi questionada a migração intra-urbana nas regiões metropolitanas. Como resposta ficou esclarecido que os dados do último censo ficaram pronto recentemente, mas os dados ainda não foram analisados. No próximo censo, retornará o quesito movimento pendular. Quanto à compatibilização de conceitos, a mesma será executada durante a preparação do censo. Não havendo mais questionamento, a presidente dos trabalhos encerrou a sessão às dezoito horas e trinta minutos, sendo os integrantes do Plenário convidados a participar da Abertura do GIS-NORDESTE às dezenove horas e a participar da sessão na parte da manhã do dia seguinte sobre aplicação do geoprocessamento Regiões Metropolitanas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que vai .....

Aos nove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, na cidade de Recife, Pernambuco, às onze horas, reuniram-se pela sexta vez os integrantes da Quinta Reunião do FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS, presentes os representantes das seguintes Regiões: Recife, Belém, Fortaleza, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Abertos os trabalhos, a Presidente do FÓRUM, Laís Salengue, Diretora Superintendente da METROPLAN convidou os presentes a sentarem-se junto à mesa para facilitar os trabalhos que incluíam a discussão dos temas integrantes da pauta. Inicialmente foram feitas considerações sobre as proposições que ocorreram ao longo dos trabalhos. Primeiramente foram solicitadas manifestações sobre o tema “parcelamento urbano”. Foi exposta a sugestão de articular os trabalhos desenvolvidos pelo IPEA com os trabalhos elaborados pelo FÓRUM (efetuados pela representante de Curitiba) e expostos na reunião, como forma de subsidiar a reformulação das normas de parcelamento. Foi acrescido que seria necessário complementar e consolidar o documento apresentado, de forma a torná-lo documento oficial do FÓRUM. Houve ainda a proposta de ser agregado, ao documento, a palestra efetuada pelo consultor do IPEA. Em complementação à idéia, sugeriu-se uma parceria com o IPEA para divulgar o trabalho apresentado na reunião pelo consultor e o resultante como documento do FÓRUM, o que foi endossado pelo representante do IPEA, que julgou ser esta uma forma interessante de publicar a síntese dos trabalhos. Esta publicação poderia ser integrada por uma síntese interpretativa do trabalho do Prof. Lomar, texto explicativo do trabalho do FÓRUM e resultado da pesquisa do IPEA no que tange ao parcelamento, proposta esta que foi aprovada, sendo balizado o prazo de conclusão para catorze de novembro, que também foi aprovado. A seguir foi abordado o tema “recursos hídricos” sobre os quais foram efetuadas inúmeras considerações. Entretanto, após os debates, não foi detectada proposta específica, surgindo a sugestão de busca de uma convergência entre os processos de gestão de bacias hidrográficas e a gestão metropolitana. O FÓRUM deve enviar correspondência aos órgãos e secretarias estaduais envolvidas com a questão das bacias, de forma a obter suas interpretações sobre a interface com o metropolitano. Foi aprovada a proposta, sendo designado para efetuar a tarefa, o Secretário Executivo, de maneira a evitar sobrecarga para a representante de Curitiba. Não havendo mais questionamento, a presidente dos trabalhos encerrou a sessão às dezoito horas e trinta minutos, sendo os integrantes do Plenário convidados a participar da Abertura do GIS-NORDESTE às dezenove horas e a participar da sessão na parte da manhã do dia seguinte sobre aplicação do geoprocessamento Regiões Metropolitanas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que vai .....